



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

### PRIMEIRA CÂMARA – SESSÃO DE 17/09/2013 – ITEM 45

**TC-000511/013/10**

**Órgão Público Concessor:** Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto.

**Entidade Beneficiária:** Associação Beneficente de Pirangi.

**Responsáveis:** Antônio Aparecido Fiorani (Prefeito), Camila Dalocio (Secretária Municipal de Saúde) e Agenor Rogério Ferracini (Provedor).

**Assunto:** Prestação de contas – repasses públicos ao terceiro setor. Justificativas apresentadas em decorrência da assinatura de prazo pelo Conselheiro Antonio Roque Citadini, publicada no D.O.E. de 25-08-10.

**Exercício:** 2009.

**Valor:** R\$631.918,10.

**Advogados:** Roodney das Graças Marques, Eurídice B. Canuto de Albuquerque Diniz e outros.

**Fiscalizada por:** UR-13 – DSF-I.

**Fiscalização atual:** UR-13 – DSF-I.

### RELATÓRIO

Examino a prestação de contas dos recursos repassados pela Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto, originária de convênio com a Associação Beneficente de Pirangi, objetivando a prestação de serviços médicos, de enfermagem e demais serviços profissionais que envolvam a área da saúde, no valor de R\$ 631.918,10 (seiscentos e trinta e um mil, novecentos e dezoito reais e dez centavos), no exercício de 2009.

A Fiscalização, após análise dos documentos constantes dos autos, opinou pela notificação dos responsáveis,



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

tendo em vista que constam despesas com serviços diversos do objeto do convênio, tais como faxina, recepção, telefonia, pedreiro, cozinha, lavanderia e escritório, bem como despesas com pagamento dos profissionais envolvidos, inclusive de encargos sociais como Imposto de Renda, PIS e COFINS, no valor total de R\$ 291.000,13.

Tais despesas, estranhas ao objeto do ajuste e de responsabilidade da Associação, não deveriam ser custeadas com a verba repassada, conforme prescrito na Cláusula Segunda, § 5º, do Convênio<sup>1</sup>.

Ademais, conforme indica a relação dos profissionais beneficiários de tais pagamentos, são eles vinculados à Associação Beneficente de Pirangi, prestando serviços em sua sede, e não no Centro de Saúde de Vista Alegre do Alto, como estabelece a Cláusula Primeira do Convênio.

Concluiu, então, pela regularidade da comprovação das despesas no valor de R\$ 340.917,97 e irregularidade das demais despesas, que totalizam R\$ 291.000,13.

Devidamente notificados, os interessados permaneceram silentes.

---

<sup>1</sup> Parágrafo 5º: "É igualmente de responsabilidade exclusiva e integral do CONVENIADO a utilização de pessoal para cargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujo ônus e obrigação em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a Secretaria ou para o Ministério da Saúde".



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

ATJ, Chefia e SDG propuseram derradeira notificação.

A Associação Beneficente de Pirangi, por seu provedor, Agenor Rogério Ferracine, apresentou as justificativas de fls.95/122 alegando que os serviços médicos plantonistas junto ao Centro de Saúde de Vista Alegre do Alto foram prestados diretamente à população local, usuária do SUS, enquanto o Hospital José Pirondi, pertencente à Associação Beneficente de Pirangi, mantinha suporte para os casos mais urgentes ou situações emergenciais, com a realização de internação hospitalar e de procedimentos cirúrgicos.

As despesas com faxina, recepção, pedreiro, recepcionista, lavanderia, telefonia, escritório e cozinha foram realizadas na sede do Hospital José Pirondi, que é mantido pela Associação Beneficente de Pirangi, por ocasião das internações hospitalares e dos procedimentos cirúrgicos, em atendimento às triagens e encaminhamentos de pacientes do SUS, em estado grave, que foram feitos pelos médicos plantonistas durante todo o ano de 2009, mediante 24 horas de trabalho diário, de segunda a domingo, no Centro de Saúde e no Pronto Socorro Municipal de Vista Alegre do Alto. Assim, estariam relacionadas aos serviços de manutenção e de



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

custeio das atividades operacionais das ações e serviços de saúde do Hospital.

Quanto à inclusão na respectiva prestação de contas dos encargos sociais decorrentes da prestação de serviços médicos plantonistas, dos serviços de enfermagem e demais profissionais relacionados à área da saúde, alegou que tal procedimento é correto, tendo em vista a vinculação dessas despesas correntes com as de pessoal.

Ressaltou que precisou disponibilizar membros do seu corpo clínico, de profissionais com vínculo empregatício e até mesmo de profissionais autônomos que, eventual ou permanentemente, foram contratados para o cumprimento das obrigações conveniadas.

Salientou que o importante é a entidade beneficiária ter cumprido com os objetivos do convênio.

Por fim, aduziu que o verdadeiro enfoque do § 5º, da Cláusula Segunda era deixar claro que a inadimplência do contratado ou do conveniado, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais ou comerciais, não iria transferir à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderia onerar o



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

objeto do contrato ou convênio e não de que a essas despesas não deveriam ser custeadas com a verba repassada.

Em 19/06/13, Camila Dalocio e Antonio Aparecido Fiorani, ex-secretária Municipal da Saúde e ex-Prefeito Municipal, respectivamente, protocolaram as justificativas de fls.126.138, alegando que a administração pública, ao celebrar o convênio, observou todos os ditames legais. Sendo assim, caso tenha ocorrido alguma impropriedade, somente deveria ser responsabilizada a entidade em exame.

Instadas, ATJ e Chefia se manifestaram pela regularidade da comprovação de gastos de R\$ 340.917,97 e pela irregularidade da aplicação de recursos no valor de R\$ 291.000,13.

É o relatório.

**EHRA**



## TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

### VOTO

As justificativas apresentadas não trouxeram elementos capazes de reverter as falhas apontadas.

Conforme salientado pela Fiscalização, em que pese ter havido integral aplicação dos recursos repassados em 2009, houve a realização de despesas estranhas ao objeto do convênio.

Observo que o § 5º, da Cláusula Segunda do Convênio, é bastante claro quanto à responsabilidade do Conveniado em relação a despesas com serviços diversos do ajustado.

Ademais, os profissionais beneficiários de tais pagamentos (faxineiras, pedreiro, recepcionista, lavadeira, telefonista, auxiliar de escritório, escriturária, auxiliar administrativa, cozinheira e auxiliar de cozinha) são vinculados à Associação Beneficente de Pirangi, prestando serviços em sua sede, e não no Centro de Saúde de Vista Alegre do Alto, contrariando, assim, a Cláusula Primeira do Convênio<sup>2</sup>.

Isto posto, acolhendo as manifestações da Fiscalização, ATJ e Chefia, **julgo regular a prestação de contas**

---

<sup>2</sup> Cláusula Primeira – “ O presente CONVÊNIO tem por objeto a execução, pelo CONVENIADO, de serviços médicos plantonistas junto ao Centro de Saúde de Vista Alegre do Alto, a serem prestados a população vistalegrense, ...”

§ 2º - “Os serviços ora conveniados estão referidos somente à cidade de Vista Alegre do Alto, e serão prestados no Centro de Saúde e Pronto Socorro Municipal, somente na parte de plantonistas, médicos e enfermeiras”.



## **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**

GABINETE DO CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA

---

**relativa à aplicação de R\$ 340.917,97. De outro lado, configurada que resta sua incorreta utilização em despesas estranhas ao objeto do convênio, julgo irregular a aplicação de R\$ 291.000,13, condenando a entidade beneficiária, Associação Beneficente de Pirangi, a devolver referida importância, recebida da Prefeitura Municipal de Vista Alegre do Alto, no ano de 2009,** devidamente atualizada, de acordo com a variação do índice IPC-FIPE até a data do efetivo recolhimento. Fica a Entidade suspensa para novos recebimentos, enquanto não regularizar a situação perante este Tribunal.

Ocorrido o trânsito em julgado, o atual Prefeito deverá ser comunicado, por ofício, que o Tribunal aguarda, por 60 dias, informações sobre as providências por ele adotadas visando à reintegração ao Erário do valor impugnado, tendo em vista a eficácia de título executivo conferida às decisões desta Corte, consoante artigo 85 da Lei Complementar 709/93.

Sem notícias das medidas adotadas pelo Órgão Concessor no lapso fixado, cópias dos autos deverão seguir ao Ministério Público para apuração de responsabilidades.

**RENATO MARTINS COSTA**  
**Conselheiro**